

Aviso n.º 3035/2006 — AP

A Dr.ª Carla Xavier Coelho, juíza de direito do 4.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Cascais, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 504/02.0PECSC, pendente neste Tribunal contra o arguido Américo Simões de Oliveira, natural de Barcelos, nascido em 26 de Dezembro de 1952, com domicílio na Avenida Afonso III, 13, 7.º, direito, 1900 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º do Código Penal, praticado em 24 de Junho de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 7 de Abril de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

29 de Maio de 2006. — A Juíza de Direito, *Carla Xavier Coelho*. — A Oficial de Justiça, *Manuela Martins*.

Aviso n.º 3036/2006 — AP

O Dr. João Lee Ferreira, juiz de direito do 4.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Cascais, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 919/97.4TACSC, pendente neste Tribunal contra o arguido Antónia Alexandre Lino George Macanige, filho de Alexandre Lino George e de Maria Armanda José Mesa, natural de Moçambique, de nacionalidade moçambicana, nascido em 23 de Fevereiro de 1967, casado, titular do bilhete de identidade n.º 16139392, com domicílio na Rua do Alcamim, 8, 2.º, 7350 Elvas, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao disposto no artigo 217.º do Código Penal, praticado em 30 de Outubro de 1996, por despacho de 26 de Maio de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por despenalização.

31 de Maio de 2006. — O Juiz de Direito, *João Lee Ferreira*. — A Oficial de Justiça, *Maria João Martinez*.

Aviso n.º 3037/2006 — AP

O Dr. João Lee Ferreira, juiz de direito do 4.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Cascais, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 1040/96.8PDCSC, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís Filipe Figueiredo Sobreira, filho de Zacarias António da Silva Sobreira e de Alda Cardoso Figueiredo Sobreira, natural de Almada, Cova da Piedade, Almada, nascido em 9 de Janeiro de 1966, casado, titular da identificação fiscal n.º 204091764 e do bilhete de identidade n.º 9837293, com domicílio na Rua Adelino Amaro da Costa, 6, 1.º-A, Paço de Arcos, 2780 Oeiras, por se encontrar acusado da prática de quatro crimes de falsificação de documento, previsto e punido pelo artigo 256.º, n.º 1, alínea a), e n.º 3, do Código Penal, praticado em 24 de Dezembro de 1996, quatro crimes de burla qualificada, previsto e punido pelo artigo 218.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 24 de Dezembro de 1996, foi o mesmo declarado contumaz, em 29 de Maio de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

1 de Junho de 2006. — O Juiz de Direito, *João Lee Ferreira*. — A Oficial de Justiça, *Maria João Martinez*.

1.ª VARA DE COMPETÊNCIA MISTA DO TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES E DE COMARCA DE LOURES**Aviso n.º 3038/2006 — AP**

A Dr.ª Adelina C. C. Barradas Oliveira, juíza de direito do 1.ª Vara de Competência Mista do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 23/02.5TELSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Mário Rui de Almeida Martins, filho de António Martins e de Maria de Lurdes Silva de Almeida Martins, natural de Lisboa, São Sebastião da Pedreira, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 18 de Março de 1966, casado, titular do bilhete de identidade n.º 7351665, com domicílio na Urbanização Quinta da Piedade, 2.ª fase, lote 71, 8.º, esquerdo, 2625Póvoa Santa Iria, por se encontrar acusado da prática de um crime de colaboração, adesão ou apoio a associação criminosa (estupefacientes), previsto e punido pelo artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, um crime de tráfico de estupefacientes, previsto e punido pelos artigos 21.º, n.º 1, e 24.º, alínea c), do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, com referência à tabela I-C anexa ao mesmo diploma, por despacho de 30 de Maio de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o arguido se ter apresentado.

7 de Junho de 2006. — A Juíza de Direito, *Adelina C. C. Barradas Oliveira*. — A Oficial de Justiça, *Maria Manuela Luz*.

Aviso n.º 3039/2006 — AP

O Dr. Joaquim Moura, juiz de direito da 1.ª Vara de Competência Mista do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 9685/92.9TDLB-A, pendente neste Tribunal contra o arguido Marcelino da Silva de Sousa, filho de Victor Francisco Aquino de Sousa e de Maria Elisa da Silva, natural de Almeirim, Benfica do Ribatejo, Almeirim, de nacionalidade portuguesa, nascido em 19 de Março de 1963, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 7296098, com domicílio na Rua Guerra Junqueiro, Benfica do Ribatejo, 2080 Almeirim, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto de uso de veículo, previsto e punido pelo artigo 304.º do Código Penal, praticado em 8 de Agosto de 1992, um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 123/90, de 14 de Abril, com referência ao artigo 46.º, n.º 2, do Código da Estrada, praticado em 8 de Agosto de 1992, um crime de tráfico para consumo (estupefacientes), previsto e punido pelo artigo 36.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 430/93, de 13 de Janeiro, em vigor à data dos factos e artigo 40.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, praticado em 8 de Agosto de 1992, foi o mesmo declarado contumaz, em 8 de Junho de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

9 de Junho de 2006. — O Juiz de Direito, *Joaquim Moura*. — O Oficial de Justiça, *Nuno Santos*.

2.ª VARA DE COMPETÊNCIA MISTA DO TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES E DE COMARCA DE LOURES**Aviso n.º 3040/2006 — AP**

A Dr.ª Margarida Almeida, juíza de direito da 2.ª Vara de Competência Mista do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 99/94.7PBLRS-A, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Amílcar Correia Fernandes, filho de Júlio César Nogueira Fernandes e de Alexandra Lopes Tavares Correia Fernandes, natural de Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 13 de Maio de 1975, titular do passaporte n.º Rgbca 0128298, residente no Edifício Amoreira Mar, rés-do-chão, J. Alvor, Portimão, o qual se encontra a aguardar julgamento, pela prática de um crime de roubo, previsto e punido pelos arti-